

INTERAGIR VIA VIDEOCONFERÊNCIA EM UMA AULA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA... É POSSÍVEL?

Carla Raqueli Navas LORENZONI*
Ucy SOTO**

ABSTRACT: The Activity Theory concerns the interaction and mediation, considered basic concepts, what makes it impossible for humans to relate to the world without proper tools, be they real or not. In the new Brazilian education scenario, the mediation of the educational process through new technologies is a reality, although we do not know exactly the impact this fact has in the process of teaching and learning. This paper integrates the studies of a research in progress at the Postgraduate Program in Linguistics and Portuguese at Universidade Estadual Paulista - UNESP, Araraquara, whose focus turns to the teacher-students synchronous oral interaction in a classroom of Spanish language, mediated by a videoconference tool.

KEYWORDS: Activity Theory, interaction, videoconference, Spanish Language

1. Introdução

O rádio demorou 34 anos para atingir 50 milhões de usuários; a televisão, 13 anos; a internet atingiu 50 milhões de usuários em 4 anos; o *FACEBOOK* acionou 100 milhões de usuários em apenas 9 meses. Diante desta realidade, acreditamos que as tecnologias devam estar presentes na sala de aula, pois cada vez mais os discentes convivem com este mundo tecnológico e clamam por essa adaptação na educação. Na modalidade presencial, vemos professores que exploram lousas eletrônicas e outras ferramentas consideradas atuais, que disponibilizam materiais por meio de redes fornecidas pelos institutos de ensino, entre outros. Por outro lado, nesta mesma modalidade de ensino, há discentes que não são expostos a situações que englobem novas tecnologias. Na modalidade a distância, as tecnologias são muito usadas, novas relações são estabelecidas a partir das possibilidades disponíveis e de acordo com o modelo adotado. Certamente, somente as tecnologias não solucionarão os problemas da educação: são muitos os aspectos que devem estar vinculados para que os objetivos sejam alcançados.

Neste artigo, nos referimos a um aspecto do uso das tecnologias, pois desenvolvemos um trabalho que investiga a interação oral síncrona entre professor e alunos mediada por uma ferramenta de videoconferência. Uma unidade de estudo de curso presencial foi desenvolvida seguindo um modelo de Educação a Distância. Assim, este artigo visa a apresentar dados iniciais de minha pesquisa de mestrado – em curso no Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara/SP –, cujos objetivos, por sua vez, estão relacionados a: identificar como ocorre a interação entre aprendiz e professor de língua espanhola em contexto de videoconferência, considerando a possibilidade de o aprendiz desenvolver habilidades que possam favorecer sua competência na língua alvo ao longo do período de interações.

Primeiramente, apresentamos aspectos relacionados à evolução da EaD no Brasil. Em seguida, fundamentamos nosso texto na Teoria da Atividade, sistema conceitual que embasará

* Mestranda; Universidade Estadual Paulista / Araraquara-SP.

** Doutora; Universidade Estadual Paulista / Araraquara-SP; Universidade Federal de Ouro Preto / Mariana-MG.

nossa pesquisa. A continuação, são vistos os procedimentos de trabalho adotados para a coleta de dados e, para finalizar, algumas considerações.

2. As perspectivas na Educação a Distância

2.1 Perspectivas históricas

Em relação ao estabelecimento do marco histórico inicial para a Educação a Distância não encontramos um consenso. Moore e Kearsley (1996) identificam pelo menos três gerações na evolução histórica da EaD.

As gerações de ensino a distância

Geração	Início	Características
1a.	até 1970	Estudo por correspondência, no qual o principal meio de comunicação eram materiais impressos, geralmente um guia de estudo, com tarefas ou outros exercícios enviados pelo correio.
2a.	1970	Surgem as primeiras Universidades Abertas, com design e implementação sistematizadas de cursos a distância, utilizando, além do material impresso, transmissões por televisão aberta, rádio e fitas de áudio e vídeo, com interação por telefone, satélite e TV a cabo.
3a.	1990	Esta geração é baseada em redes de conferência por computador e estações de trabalho multimídia.

Fonte: http://www.escolanet.com.br/sala_leitura/hist_ead.html

Anteriormente à emergência das novas tecnologias, encontramos afirmações que situam o início da EaD no século XVIII. Landim (1997) apresenta como marco o anúncio sobre um tipo de curso por correspondência publicado na Gazeta de Boston, em 1728.

Para a explanação das ocorrências mais relevantes e a verificação na história da EaD no Brasil, introduzimos o seguinte resumo:

1923: Fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro;

1936: Doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Ministério da Educação e Saúde;

1937: Criação do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação;

1959: Início das escolas radiofônicas em Natal (RN);

1960: Início da ação sistematizada do Governo Federal em EaD; contrato entre o MEC e a CNBB: expansão do sistema de escolas radiofônicas aos estados nordestinos, que faz surgir o MEB (Movimento de Educação de Base), sistema de ensino a distância não formal;

1965: Início dos trabalhos da Comissão para Estudos e Planejamento da Radiodifusão Educativa;

1966 a 1974: Instalação de oito emissoras de televisão educativa: TV Universitária de Pernambuco, TV Educativa do Rio de Janeiro, TV Cultura de São Paulo, TV Educativa do Amazonas, TV Educativa do Maranhão, TV Universitária do Rio Grande do Norte, TV Educativa do Espírito Santo e TV Educativa do Rio Grande do Sul;

1967: Criada a Fundação Padre Anchieta, mantida pelo Estado de São Paulo, com o objetivo de promover atividades educativas e culturais através do rádio e da televisão (iniciou suas transmissões em 1969); constituída a Feplam (Fundação Educacional Padre Landell de

Moura), instituição privada sem fins lucrativos, que promove a educação de adultos através de tele-educação por multimeios;

1969: TVE Maranhão/CEMA – Centro Educativo do Maranhão: programas educativos para a 5ª série, inicialmente em circuito fechado e a partir de 1970 em circuito aberto, também para a 6ª série;

1970: Portaria 408 – emissoras comerciais de rádio e televisão: obrigatoriedade da transmissão gratuita de cinco programas semanais de 30 minutos diários, de segunda a sexta-feira, ou com 75 minutos aos sábados e domingos. É iniciada, em cadeia nacional, a série de cursos do Projeto Minerva, irradiando os cursos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial, produzidos pela Feplam e pela Fundação Padre Anchieta;

1971: Nasce a ABT – inicialmente como Associação Brasileira de Tele-Educação, que já organizava, desde 1969, os Seminários Brasileiros de Tele-Educação atualmente denominados Seminários Brasileiros de Tecnologia Educacional. Foi pioneira em cursos a distância, capacitando os professores através de correspondência;

1972: Criação do Prontel – Programa Nacional de Tele-Educação – que fortaleceu o Sinred – Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa;

1973: Projeto Minerva passa a produzir o Curso Supletivo de 1º Grau, II fase, envolvendo o MEC, Prontel, Cenafor e secretarias de Educação;

1973-74: Projeto SACI conclusão dos estudos para o Curso Supletivo “João da Silva”, sob o formato de telenovela, para o ensino das quatro primeiras séries do 1º grau; o curso introduziu uma inovação pioneira no mundo, um projeto – piloto de teledidática da TVE, que conquistou o prêmio especial do Júri Internacional do Prêmio Japão;

1974: TVE Ceará começa a gerar teleaulas; o Ceteb - Centro de Ensino Técnico de Brasília – inicia o planejamento de cursos em convênio com a Petrobrás para capacitação dos empregados desta empresa e do projeto Logus II, em convênio com o MEC, para habilitar professores leigos sem afastá-los do exercício docente;

1978: Lançado o Telecurso de 2º Grau, pela Fundação Padre Anchieta (TV Cultura/SP) e Fundação Roberto Marinho, com programas televisivos apoiados por fascículos impressos, para preparar o telealuno para os exames supletivos;

1979: Criação da FCBTVE – Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa/MEC; dando continuidade ao Curso “João da Silva”, surge o Projeto Conquista, também como telenovela, para as últimas séries do primeiro grau; começa a utilização dos programas de alfabetização por TV – (MOBRAL), em recepção organizada, controlada ou livre, abrangendo todas as capitais dos estados do Brasil;

1979 a 1983: É implantado, em caráter experimental, o Posgrad – pós-graduação Tutorial a Distância – pela Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior – do MEC, administrado pela ABT – Associação Brasileira de Tecnologia Educacional – com o objetivo de capacitar docentes universitários do interior do país;

1981: FCBTVE trocou sua sigla para FUNTEVE: Coordenação das atividades da TV Educativa do Rio de Janeiro, da Rádio MEC-Rio, da Rádio MEC-Brasília, do Centro de Cinema Educativo e do Centro de Informática Educativa;

1983 / 1984: Criação da TV Educativa do Mato Grosso do Sul; Início do “Projeto Ipê”, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e da Fundação Padre Anchieta, com cursos para atualização e aperfeiçoamento do magistério de 1º e 2º Graus, utilizando-se de multimeios;

1988: “Verso e Reverso – Educando o Educador”: curso por correspondência para capacitação de professores de Educação Básica de Jovens e Adultos MEC/Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (EDUCAR), com apoio de programas televisivos através da Rede Manchete;

1991: O “Projeto Ipê” passa a enfatizar os conteúdos curriculares;

1991: A Fundação Roquete Pinto, a Secretaria Nacional de Educação Básica e secretarias estaduais de Educação implantam o Programa de Atualização de Docentes, abrangendo as quatro séries iniciais do ensino fundamental e alunos dos cursos de formação de professores. Na segunda fase, o projeto ganha o título de “Um salto para o futuro”;

1992: O Núcleo de Educação a Distância do Instituto de Educação da UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso), em parceria com a Unemat (Universidade do Estado do Mato Grosso) e a Secretaria de Estado de Educação e com apoio da Tele-Université du Quebec (Canadá), cria o projeto de Licenciatura Plena em Educação Básica: 1ª a 4ª séries do 1º grau, utilizando a EAD. O curso é iniciado em 1995.

(Fonte: <http://www.vdl.ufc.br/catedra/telematica/cronologia.htm#topicos>)

Continuando este resumo, temos, em 1995, a criação do Laboratório de Ensino a Distância (LED), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis. Em 1996, um importante marco deve ser destacado na Educação a Distância no contexto do ensino superior. Trata-se da Lei 9.394 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional).

A educação a distância, como alternativa de formação regular, foi introduzida no sistema educacional brasileiro ao final de 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20/12/1996), em especial nos seus artigos 80 e 87.

A regulamentação foi, inicialmente, efetivada por meio de edição do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, cujos artigos 11 e 12 foram alterados pelo Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998, e da Portaria MEC nº 301, de 07 de abril de 1998. Dois pontos se destacam nessa regulamentação: a definição de educação à distância pela diferença que apresenta em relação à educação presencial, ou seja, abrangendo todos os programas e cursos que não sejam estrita e integralmente presenciais; e a delegação, para o âmbito dos conselhos estaduais de educação, do credenciamento de instituições e da autorização de cursos de educação a distância para a educação de jovens e adultos, para o ensino médio e para a educação profissional de nível técnico.

Em relação ao ensino superior, essa regulamentação dispôs, tão somente, sobre a oferta de cursos de graduação, nas modalidades de bacharelado, de licenciatura e de formação de tecnólogo.

(Relatório da Comissão de EAD, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/EAD.pdf>)

A partir de toda esta evolução, também as terminologias referentes à Educação a Distância sofreram alterações. Vejamos:

Terminologia da EaD ao longo da história no Brasil

Terminologia mais usual	Período aproximado de domínio
Ensino por correspondência	Desde a década de 1830 até as três primeiras décadas do século XX
Ensino a distância; educação a distância; educação permanente ou continuada	Décadas de 1930 e 1940
Teleducação (rádio e televisão em <i>broadcasting</i>)	Início da segunda metade do século XX
Educação aberta e a distância	Final da década de 1960 (ICDE e <i>Open University</i> , Reino Unido)
Aprendizagem a distância; aprendizagem aberta e a distância	Décadas de 1970 e 1980
Aprendizagem por computador	Década de 1980
<i>E-learning</i> ; aprendizagem virtual	Década de 1990
Aprendizagem flexível	Virada do século XX e primeira década do século XXI

FORMIGA, 2008, p. 44

2.2 Perspectivas teóricas: definições e concepções

Diante dos diversos modelos de desenvolvimento da modalidade a distância temos diversas concepções de EaD. Vejamos algumas definições.

Nas primeiras definições, é destacada a atividade de tutoria não presencial na Educação a Distância.

O termo educação a distância cobre várias formas de estudo, em todos os níveis, que não estão sob a supervisão contínua e imediata de tutores presentes com seus alunos em salas de aula ou nos mesmos lugares, mas que não obstante beneficiam-se do planejamento, da orientação e do ensino oferecidos por uma organização tutorial (HOLMBERG, 1977 apud BELLONI, 2003, p. 25).

Nas duas definições que seguem, é destacada a dimensão da comunicação aluno / professor.

Educação a distância pode ser definida como a família de métodos instrucionais nos quais os comportamentos de ensino são executados em separado dos comportamentos de aprendizagem, incluindo aqueles que numa situação presencial (contígua) seriam desempenhados na presença do aprendente de modo que a comunicação entre o professor e o aprendente deve ser facilitada por dispositivos impressos, eletrônicos, mecânicos e outros (MOORE, 1973 apud BELLONI, 2003, p. 25).

Educação a distância é uma relação de diálogo, estrutura e autonomia que requer meios técnicos para mediatizar esta comunicação. Educação a distância é um subconjunto de todos os programas educacionais caracterizados por: grande estrutura, baixo diálogo e grande distância transacional. Ela inclui também a aprendizagem (MOORE, 1990 apud BELLONI, 2003, p. 26).

Nas duas definições a seguir, é destacado o aspecto não presencial no processo de aprendizagem.

[Educação a distância] é uma espécie de educação baseada em procedimentos que permitem o estabelecimento de processos de ensino e aprendizagem mesmo onde não existe contato face a face entre professores e aprendentes – ela permite um alto grau de aprendizagem individualizada (CROPLEY e KAHL, 1983 apud BELLONI, 2003, p. 26).

Educação a distância se refere àquelas formas de aprendizagem organizada, baseadas na separação física entre os aprendentes e os que estão envolvidos na organização de sua aprendizagem. Esta separação pode aplicar-se a todo o processo de aprendizagem ou apenas a certos estágios ou elementos deste processo. Podem estar envolvidos estudos presenciais e privados, mas sua função será suplementar ou reforçar a interação predominantemente a distância (MALCOM TIGHT, 1998 apud BELLONI, 2003, p. 26).

Moore e Kearsley (1996) afirmam que o conceito fundamental da Educação a Distância é simples: alunos e professores estão separados pela distância e algumas vezes também pelo tempo.

As concepções teóricas que tentam definir EaD são, na maioria, contribuições da literatura estrangeira.

Vejam as definições segundo a legislação no Brasil.

O decreto 2.494 de 10 de fevereiro de 1998, ao regulamentar o artigo da LDB de 1996 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) que trata da Educação a Distância, apresenta uma definição para essa modalidade centrada na autoaprendizagem e nos suportes para tal atividade:

Art. 1º Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentada em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios e comunicação.

O decreto nº. 2.494 de 10/02/1998 foi revogado pelo decreto nº. 5.622, de 20 de dezembro de 2005. Neste decreto, fica estabelecido um novo entendimento da educação a distância:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

O documento “Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância”, publicado em uma versão preliminar pela Secretaria de Educação a Distância do MEC, em agosto de 2007, cita a definição do Decreto nº. 5.622 ao mesmo tempo em que afirma não haver um modelo único de educação a distância, acrescentando que:

Apesar de a possibilidade de diferentes modos de organização, um ponto deve ser comum a todos aqueles que desenvolvem projetos nessa modalidade: é a compreensão de EDUCAÇÃO como fundamento primeiro, antes de se pensar no modo de organização: A DISTÂNCIA.

Nesse sentido, seguimos, para nossos estudos, um modelo existente de EaD. Descrevemos nossas atividades no item 4.

3. Teoria da Atividade: a fundamentação

Segundo Engeström, o termo “Teoria da Atividade” surgiu nos trabalhos de Leontiev e Luria, nos anos 20 e 30, século XX. No entanto, o próprio Leontiev (1978) aponta que a criação da teoria emergiu nos trabalhos de Vygotsky:

The original ideas that brought Vygotskii to the problem of the origin of internal psychic activity in external activity differ principally from theoretical concepts of other authors who were his contemporaries. These ideas came from an analysis of the features of specifically human activity – work activity, productive activity carried on with tools, activity that is indigenously social, that is, develops only under conditions of cooperation and sharing by people. Correspondingly, Vygotskii isolated two principal interrelated features that must be considered basic to psychological science. These are the equipped (“instrumented”) structure of human activity and its incorporation into the system of interrelationships with other people. It is these features that determine the characteristics of psychological processes in man. Equipment mediates activity connecting man not only with the world of things but also with other people. Owing to this, his activity draws into itself the experience of humanity. (Leontiev, 1978, p. 79)

Os fundamentos da Teoria da Atividade baseiam-se em raízes históricas oriundas das seguintes vertentes:

- filosofia clássica alemã dos séculos XVIII e XIX (de Kant a Hegel);
- escritos de Marx e Engels (que elaboraram o conceito de atividade);
- psicologia soviética, fundada por Vygotsky, Leontiev e Lúria.

A partir da insatisfação do grupo dos psicólogos russos Vygotsky, Luria e Leontiev com a desenvolvimento da psicologia naquele país – preceitos behavioristas – deu-se o início da teoria sócio-cultural-histórica, estabelecendo como postulado fundamental a unidade e inseparabilidade da consciência e da atividade. Segundo Vygotsky (1984, p.40), abordagem cultural-histórica da atividade é um modelo de ação mediada pelo artefato e orientada para o objeto. Seu conceito fundamental é a atividade humana com suas práticas e seu relacionamento.

Segundo Cole (1996, p.108), é fundamental que se destaque o conceito de mediação na Teoria da Atividade, já que “a tese central da escola cultural-histórica russa é que a estrutura e o desenvolvimento dos processos psicológicos humanos surgem pela atividade prática, culturalmente mediada e de desenvolvimento histórico”.

O modelo de mediação criado por Vygotsky baseia-se na teoria marxista, questionando a teoria behaviorista, na qual a relação sujeito/objeto apresentava o predomínio do último sobre o primeiro. Segundo o pensamento de Marx, o trabalho é uma atividade em que o homem age sobre a natureza, modificando-a com a força motriz de seu corpo. Para a realização dessa atividade, o homem cria instrumentos – as ferramentas mediadoras. Nessa interação, tem-se processos em movimento e em contínua mudança, pois as ferramentas agem sobre os objetos e o indivíduo que maneja a ferramenta também sofre consequência dessa ação, transformando-se ao mesmo tempo que transforma o objeto. Para representação do modelo da ação mediada, temos:

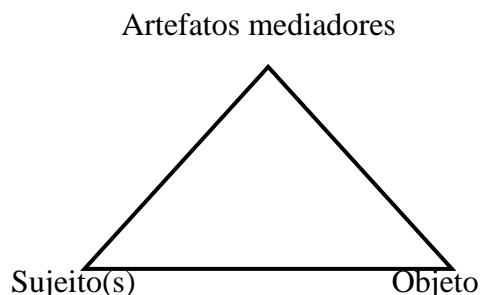


Figura 1: Modelo inicial de ação mediada proposto por Vygotsky (Daniels, 2001/2003, p. 25)

Na figura temos a representação da forma pela qual Vygotsky uniu artefatos às ações humanas, condenando a visão dualista sujeito/objeto.

A inserção de instrumentos na análise da relação sujeito/objeto marca a forma como o conceito de Atividade passou a ser estudado.

Nos estudos de Leontiev foi considerada incompleta a representação do modelo inicial de Vygotsky. Leontiev argumentou que considerar somente a ação individual mediada por ferramentas era insuficiente, pois não apresentava implicações sociais e colaborativas das ações, desconsiderando-as como eventos em um sistema de Atividade e ocultando o motivo existente. Desta forma, o autor incluiu o resultado da Atividade na representação da ação mediada e considerou que a Atividade é guiada por um motivo (Leontiev, 1978, p. 62-63). Foi Leontiev que inseriu o conceito de estrutura hierárquica, apresentando a distinção entre Atividade, ação e operação.

Engeström, com o intuito de desenvolver a Teoria da Atividade, expandiu o triângulo vygotkiano, adicionando os elementos: comunidade, regras e divisão de trabalho. A comunidade são todos aqueles que se relacionam indiretamente na construção do objeto (entendamos objeto como o que desejamos alcançar com a Atividade). As regras operacionalizam a divisão de trabalho, organizam a Atividade. A divisão de trabalho revela o papel de cada indivíduo na Atividade. A questão mais importante deste modelo são as inter-relações entre o sujeito individual e a sua comunidade.

Para Engeström, a unidade de análise, na Teoria da Atividade, é a atividade prática conjunta e não a atividade prática individual. Considera que em toda atividade social há conflito, ou seja, os indivíduos envolvidos são diferentes, assim como os contextos sociais e históricos. Ocorre, assim, uma heterogeneidade de atitudes e comportamentos que gera a instabilidade e a contradição. Esses elementos são a força motriz da mudança e do desenvolvimento. A transição e a reorganização nos e entre os sistemas de atividade seguem esta instabilidade, compondo parte da evolução.

Enquanto base teórica de análise da aprendizagem inovadora, as características da Teoria da Atividade são vistas por Engeström como:

- Contextual e orientada para a compreensão de práticas locais historicamente específicas, seus objetos, artefatos mediadores e organização social;
- Baseada numa teoria dialética do conhecimento e do pensamento, focada no potencial criativo na organização;
- Uma teoria desenvolvimental que busca explicar e influenciar mudanças qualitativas nas práticas humanas ao longo do tempo (Engeström, 1999).

Engeström (2001) resume a Teoria da Atividade em cinco princípios básicos:

- ◆ **Primeiro princípio:** um sistema de atividade coletivo, mediado por artefato e orientado para o objeto, é assumido como a unidade primária de análise; além disso, o sistema de atividade é visto em suas relações de rede com outros sistemas de atividade. No trabalho em análise, vemos as aulas como momentos da realização da Atividade, organizadas em ações e operações.
- ◆ **Segundo princípio:** a multiplicidade de vozes. Para Engeström, as contradições, apesar de gerarem conflitos, geram possibilidades de mudar e transformar a Atividade. As múltiplas vozes são fonte de conflitos e, conseqüentemente, de transformação e inovação, exigindo negociação e colaboração. Esse princípio será um ponto de análise de muita relevância nesta pesquisa, no sentido de averiguarmos a interação alunos/professor nos *teleencuentros*.
- ◆ **Terceiro princípio:** historicidade. Os sistemas de atividade são construídos e transformados em longos períodos de tempo. Os problemas só podem ser avaliados se baseados na história local, seus objetos e ferramentas que moldaram a Atividade. Assim, a análise da interação professor/aluno em videoconferência deve considerar os aspectos apresentados neste princípio.
- ◆ **Quarto princípio:** o papel central das contradições como fontes de mudança e desenvolvimento. Para o autor, as contradições, embora gerem conflitos, renovam tentativas de mudar e transformar a Atividade. Para que o processo ocorra é necessária a intervenção humana.
- ◆ **Quinto princípio:** possibilidade de transformações expansivas nos sistemas de Atividade. As transformações são reconceitualizações de elementos do sistema de Atividade, e podem ocorrer quando o/s sujeito/s começa/m a questionar as normas estabelecidas, podendo haver uma evolução para um trabalho coletivo a favor da mudança.

4. Metodologia

Como afirmado anteriormente, o grande interesse da pesquisa reside na análise da interação em tempo real via videoconferência entre professor e alunos. Desta forma, para a coleta dos dados, planejamos uma unidade de estudo para a disciplina Língua Espanhola I, dos cursos de Bacharelado e Licenciatura Plena em Letras (diurno e noturno), baseada no Programa de Ensino proposto pela FCLAr (UNESP – Araraquara/SP). A unidade foi intitulada “*El caso del inspector filólogo* y tópicos relacionados a la descripción personal de uno mismo y de otras personas” que desenvolveu-se em dezoito horas de atividades, sendo 20% em *teleencuentros* e 80% em atividades disponibilizadas na plataforma Moodle. *Teleecuentros* foi o nome dado aos encontros que ocorreram em tempo real por videoconferência.

No Programa de Ensino do curso de Língua Espanhola I, um dos objetivos apresentados é dar condições aos alunos para que desenvolvam a capacidade de reconhecer e trabalhar com elementos linguístico-discursivos básicos, principalmente do âmbito privado de uso da língua que permitam a compreensão e a produção do espanhol oral e escrito. A partir desse objetivo, propusemos aos acadêmicos a leitura do livro *El caso del inspector filólogo*, de Ángel López García, o que direcionou a elaboração das atividades da unidade.

Assim, foi possível trabalhar os seguintes conteúdos:

- Práticas linguístico-discursivas:
 1. Produção oral e escrita de pequenos textos;
 2. Leitura e compreensão de textos;
 3. Aquisição de vocabulário.

- Noções gramático-textuais:
 1. Adjetivos;
 2. Pronomes pessoais;
 3. Pronomes possessivos;
 4. Conjugação dos verbos *ser, estar, llevar, tener, hacer* em presente do indicativo.

O desenvolvimento do conteúdo programático aconteceu nos *teleencuentros* e nas atividades propostas no Moodle, sendo que o enfoque dado diferenciava-se nos dois ambientes, pois, nos *teleencuentros*, valorizamos as atividades de produção oral, promovendo interação aluno-aluno, professor-aluno e professor-alunos. As atividades propostas no Moodle enfocavam a compreensão oral e leitora e a produção escrita.

Para o desenvolvimento dos *teleencuentros*, as turmas foram divididas em dois grupos e, desta forma, enquanto um deles participava do *teleencuentro*, o outro desenvolvia atividades postadas no Moodle no Laboratório de Idiomas. Os acadêmicos participaram dos *teleencuentros* desde a Sala de Videoconferências do mesmo *campus* da Universidade Estadual Paulista de Araraquara e a professora responsável por esta unidade do curso, desde o Estúdio do *campus*.

Como a interação em tempo real é o foco de análise desta pesquisa, os *teleencuentros* foram gravados para dar condições de estudo das situações de interação.

5. Considerações finais

Este texto teve como finalidade apresentar um aspecto do uso das tecnologias, aplicado no desenvolvimento de um trabalho que investiga a interação oral síncrona entre professor e alunos mediada por uma ferramenta de videoconferência. Embora estejamos no início da pesquisa, podemos afirmar que a interação professor/alunos pode ocorrer em ambientes de videoconferência, pois durante os *teleencuentros*, observamos a efetivação da interação por meio de: proposta da professora na retomada de conteúdos da aula anterior por parte dos alunos, perguntas de alunos direcionadas à professora sobre significação de determinado vocabulário, respostas dos alunos às perguntas da professora para formação de orações e discussões sobre assuntos tratados durante a aula.

Nos *teleencuentros*, tivemos questões técnicas que notavelmente desmotivaram alguns alunos. Vemos, neste aspecto, um ponto de análise a partir do segundo princípio proposto por Engeström (2001), visto anteriormente.

Para ser um cidadão crítico, sabedor, tomador de decisões, temos de conhecer as tecnologias. Com este trabalho junto a alunos da graduação e a explanação dessa experiência, esperamos, além de contribuir com os estudos da área, colaborar na formação de nossos cidadãos.

Referências

- BELLONI, Maria Luíza. *Educação a distância*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- DANIELS, Harry. *Vygotsky e a Pedagogia*. 2001 Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- ENGSTRÖM, Yrjö. Activity Theory and individual and social transformation. In: ENGSTRÖM, Yrjö, MIETTINEM, Reijo, PUNAMAKI, Raija. (eds.) *Perspectives on activity theory*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 19-38, 1999.
- FORMIGA, Marcos. A terminologia da ead. In: LITTO, Frederic.; FORMIGA, Marcos. *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: ABED, Pearson Education, 2008. p. 38-46.
- KOZULIN, Alex. O conceito de atividade na psicologia soviética: Vygotsky, seus discípulos, seus críticos. In: DANIELS, Harry. (org.) *Uma introdução a Vygotsky*. São Paulo: Loyola, 2002.
- LANDIM, Claudia Maria Ferreira. *Educação a distância: algumas considerações*. Rio de Janeiro, s/n, 1997.
- LEONTIEV, Alexei. *O Desenvolvimento do Psiquismo*. Editora Morales. 1978a.
- _____. The problem of activity and psychology. In: LEONTIEV, A. *Activity, Consciousness, and Personality*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1978b. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/leontev/works/1978/index.htm>. Acesso em 18 de julho de 2010.
- MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. *Distance education: a systems view*. Califórnia-EUA: Wadsworth Pub Co, 1996.
- VYGOTSKY, Lev Semenovitch. *A formação social da mente*. Tradução J.C. Neto, L. S. M. Barreto e S. C. Afeche. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1984.